


TEIA DOS POVOS

*Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)*
*V. 4, N°2, 2019. Página* ***127*** *de* ***236***
*Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.*
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
*http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com*



# JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRARIA: ALGUMAS REFLEXÕES

**MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAÚJO BOGO**
Doutora em Educação, docente da Universidade do Estado da Bahia –UNEB/Campus X. E-mail: mnaraujo@uneb.br
**LUZENI FERRAZ DE OLIVEIRA CARVALHO**
Doutora em Educação, docente da Universidade do Estado da Bahia –UNEB/Campus X
Email: luzenicarvalho@yahoo.com.br

O problema de concentração da estrutura fundiária da terra no Brasil é histórico, desde os tempos da colonização até a atualidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *IBGE), nos Censos de 1985, 1995 e 2006, enquanto as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam apenas 2,7% da área total de estabelecimentos rurais, as grandes fazendas, com mais de um mil hectares concentram 43% da área total. Tais dados demonstram que a estrutura da terra no Brasil continua concentrada, sendo uma das mais desiguais do mundo, dominada pela classe dominante agrária, que ao longo da história do Brasil tem se aliado a vários grupos dominantes hegemônicos, para impedir qualquer política de democratização fundiária. Somando-se a isso, o campo brasileiro tem sido, historicamente, afetado por práticas políticas e econômicas (destaque para a produção) que se caracterizam como danosas às populações camponesas, tradicionais e originárias a exemplo do que ocorre com as comunidades tradicionais. Por outro lado, os trabalhadores e populações do campo têm enfrentado bravamente este modelo, realizando ações de resistência e luta, através da organização das comunidades representadas por movimentos e organizações sociais que buscam a democratização da terra e uma matriz tecnológica que respeite o meio ambiente e garanta a soberania alimentar. Neste contexto, a luta por terra, defesa dos territórios e reforma agrária popular assume papel fundamental na sociedade brasileira, revelando a necessidade da democratização da terra e de políticas públicas que atendam às necessidades das famílias que vivem no e do campo. No 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizado em 2013, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), foi deliberado que as universidades que tinham núcleos de apoio ao MST, centros de pesquisa, grupos de trabalho da reforma agrária, ou outros instrumentos em defesa dos movimentos sociais do campo, da reforma agrária e do

*Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)*
*V. 4, N°2, 2019. Página* ***128*** *de* ***236***
*Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.*
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
*http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com*

socialismo fariam ações simultâneas durante as jornadas de luta de abril, com o máximo de articulação possível entre elas. Nasce aí uma atividade denominada nas universidades como Jornada universitária em Defesa da Reforma agrária (JURA). No ano de 2014, mais de 40 Universidades e Institutos Federais fizeram suas Jornadas Universitárias em defesa da Reforma Agrária. Nos anos seguintes mais Instituições de Educação Superior (IES) se incorporaram e, em 2018, mais de 60 IES realizaram a JURA em seus espaços. Nesta perspectiva objetiva-se com este trabalho realizar breves reflexões sobre as contribuições das jornadas universitárias em defesa da reforma realizadas na particularidade da universidade do estado da Bahia para a formação da comunidade acadêmica. A Universidade, como espaço privilegiado de produção e socialização de conhecimento, tem um papel importante no sentido de refletir, debater e contribuir para construção de alternativas para as problemáticas sociais. Neste sentido, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus X), em parceria com movimentos sociais do campo tem realizado, desde 2015, em alguns departamentos a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. As jornadas tem sido realizadas em todo o Brasil, geralmente nos meses de abril e maio, sob variados formatos com a realização de diversos tipos de atividades no espaço acadêmico a exemplo de: Seminários e ciclos de debates , dias de vivência (visitas pontuais a assentamentos, acampamentos, comunidades tradicionais, aldeias, reservas extrativistas etc), Feira da Reforma Agrária, Atividades culturais, mostra de artes plásticas, artesanato, apresentações teatrais e musicais, exposição, venda e lançamentos de livros e outros. Na UNEB, a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária tem sido assumida pelo Grupo de pesquisa Trabalho, Educação do Campo e Contra-Hegemonia e do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT) da UNEB. O primeiro reúne professores, pesquisadores e alunos de diversos departamentos da universidade e o segundo, composto por professores (pesquisadores e extensionistas) e movimentos sociais e sindicais do campo. As atividades tem sido regularmente realizadas nos meses de abril e maio (e outros conforme as condições objetivas) com palestras, mesas redondas, visita de crianças assentadas nos departamentos, atividades culturais, literárias, sessão de filmes e feira de Agroecologia. Desde 2016, a Jornada foi realizada em alguns departamentos como: DEDC IX- Campus de Guanambi, DEDC X - Campus de Teixeira de Freitas, DCH- Campus de Irecê, DEDC-IX Campus de Serrinha e Campus XIV de Conceição do Coité e o Campus I, em Salvador. Esta atividade tem possibilitado a articulação dos *campi* da UNEB com organizações e movimentos sociais do campo e da cidade, bem como outras instituições educativas de nível superior e também a educação básica. Ao mesmo tempo constituído num espaço que tem oportunizado a comunidade acadêmica reflexões e debates sobre a questão do acesso à terra no Brasil, o modelo de desenvolvimento e suas consequências para os que vivem do trabalho, além disso, tem possibilitado debates sobre a agroecologia e a soberania alimentar como saídas construídas pelos trabalhadores para se contrapor ao modelo das elites

predatórias. No tocante ao debate sobre a agroecologia foi implantada nos departamentos do DEDC-X e Campus I a Feira de agricultura Familiar Agroecológica e Economia Solidária que se realiza uma vez ao mês no próprio departamento e no Campus I todas as quintas- feiras. A análise dos relatórios das jornadas indica que, as atividades da Jornada têm contribuído para (re) lembrar os lutadores do povo na luta pela Terra e por outras causas rechaçando a criminalização dos movimentos sociais e da luta; debater a Educação como direito dos trabalhadores e não como mercadoria, demarcando sua defesa como direito público, gratuito e de qualidade; provocar nos estudantes e pesquisadores, professores a pensar o que é a produção orgânica e sua importância; denunciar o uso abusivo de agrotóxicos no Brasil. Os relatórios apontam ainda que as Jornadas tem propiciado fortalecer a construção coletiva, ou seja, para realização do evento há uma inserção de professores dos departamentos da UNEB e movimentos estudantis, bem como movimentos sociais e sindicais, demonstrando a necessidade de se construir uma unidade de classe em torno da temática e de lutas estratégicas do atual momento. Outra contribuição é o engajamento de vários docentes da instituição destinando parte de suas aulas para que os estudantes vivenciem as ações promovidas pela Jornada, ou seja, possibilitando que se articula com as ações de ensino dos departamentos; outra contribuição foi a articulação das atividades da Jornada com outros Projetos de extensão do Campus X: Projeto Raio X, Projeto Pré-Vestibular Alargando o Funil, Projeto Conversê Cine Clube, Feira de agricultura Familiar Agroecológica e Economia Solidária e outros. Assim, seguimos, rumo a V Jornada a ser realizada em acreditando que um dos pilares que faz a identidade é a resistência. Ninguém deve cumprir pena ou pedir clemência, quando está apegado à sua razão. Há os que atacam uma nação, mas há aqueles que não se deixam dominar; ninguém é obrigado a aceitar, o desmando, a prepotência e a exploração (BOGO, 2008).

**Palavras-chave:** Reforma Agrária. Agroecologia. Universidade.